



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
DO ESTADO DA PARAÍBA

**CASA DE EPITÁCIO PESSOA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

**AUTÓGRAFO Nº 1.779/2025
PROJETO DE LEI Nº 4.696/2025
AUTORIA: DEPUTADO ADRIANO GALDINO**

Proíbe a redução e a majoração unilateral, por iniciativa das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, dos limites de crédito previamente concedidos aos consumidores, por meio de cartão de crédito ou cheque especial, sem a anuência expressa do consumidor.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA DECRETA:

Art. 1º Esta Lei proíbe, no âmbito do Estado da Paraíba, a redução ou majoração unilateral dos limites de crédito previamente concedidos aos consumidores, por meio de cartão de crédito ou cheque especial, por iniciativa das instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sem a anuência expressa do consumidor.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:

I - redução unilateral de crédito: o ato da instituição financeira de diminuir o limite previamente disponibilizado ao consumidor, sem solicitação ou concordância deste;

II - majoração unilateral de crédito: o ato de aumentar, sem solicitação ou consentimento, o limite de crédito anteriormente concedido ao consumidor;

III - anuência expressa do consumidor: manifestação de vontade livre, consciente e inequívoca, por escrito ou meio eletrônico seguro, de que o consumidor concorda com a alteração pretendida.

Art. 3º A obtenção da anuência expressa mencionada no art. 1º desta Lei deverá ocorrer por meio de:

I - assinatura física ou eletrônica qualificada;

II - aceite registrado em ambiente eletrônico autenticado, com identificação segura do consumidor;

III - gravação de áudio com manifestação clara do consumidor, desde que seja fornecido número de protocolo e disponibilizado o conteúdo ao consumidor, se solicitado.

Art. 4º É vedada a presunção de consentimento tácito, inclusive por meio de cláusulas contratuais genéricas, notificações sem resposta ou ausência de oposição por parte do consumidor.

Art. 5º O descumprimento desta Lei sujeitará o infrator, progressivamente, às seguintes penalidades:

I - advertência, fixando prazo para adequação desta Lei;

II - multa, a ser estipulada entre 30 (trinta) e 300 (trezentas) UFR-PB (Unidade Fiscal de Referência do Estado da Paraíba);

III - suspensão das atividades, sem prejuízo de outras sanções cabíveis previstas em legislações especiais.

Art. 6º As instituições financeiras terão o prazo de 60 (sessenta) dias contados da publicação desta Lei para adequar seus sistemas, políticas internas e contratos às suas disposições.

Art. 7º A fiscalização, apuração de denúncias e autuação por descumprimento desta Lei serão feitas pelos órgãos de Proteção ao Consumidor (PROCON), sem prejuízo da atuação conjunta ou independente do Ministério Público do Estado da Paraíba e demais órgãos de controle.

Art. 8º O disposto nesta Lei aplica-se às instituições financeiras, cooperativas de crédito, correspondentes bancários e demais agentes financeiros que atuem no território paraibano.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, “Casa de Epitácio Pessoa”, João Pessoa, 03 de novembro de 2025.


ADRIANO GALDINO
Presidente